

DIÁLOGO SOCIAL – PROGRAMA DE TRABALHO 2012-2014

Proposta do Grupo de Trabalho Ad-Hoc sobre o Diálogo Social

A nossa abordagem

A União Europeia está a viver a pior crise da sua história. Após o estalar da crise financeira em 2008, uma profunda crise está a abalar vários países europeus. Os países europeus enfrentam cada vez mais dificuldades em conseguir recursos, e na adopção de políticas económicas e reformas necessárias para sustentar o crescimento e o emprego e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade das finanças públicas e dos sistemas de protecção social.

A Europa vai enfrentar desafios enormes nos próximos anos. Com mais de 23,5 milhões de desempregados na UE, a taxa de desemprego da UE atingiu o seu ponto mais alto desde o início de 1990. Para alcançar a meta de uma taxa de emprego de 75% definida na estratégia Europa 2020 vai ser necessário criar 17,6 milhões de novos empregos.

A Europa só poderá ser bem sucedida se forem implementadas políticas macroeconómicas sólidas. Ao mesmo tempo, os recursos devem ser investidos prioritariamente nas estratégias sustentáveis que favorecem o crescimento.

Para criar mais e melhores empregos, é essencial para Europa o bom funcionamento dos mercados de trabalho e uma força de trabalho com as qualificações necessárias. Devem ser estabelecidas condições de enquadramento adequadas para assegurar oportunidades de emprego para todos os trabalhadores e para permitir a integração, a retenção e o desenvolvimento dos trabalhadores nos mercados de trabalho europeus.

Nesta situação excepcional, a BUSINESSEUROPE, a UEAPME, o CEEP, a CES (e o comité de ligação do EUROCADRES/CEC) estão a ser postos à prova. O nosso sucesso será medido em função da nossa capacidade de apresentar soluções, nomeadamente para os problemas dos mercados de trabalho da UE, a fim de contribuir para o crescimento, o emprego e a coesão social.

A nível nacional, regional, local e sectorial, o diálogo social desempenha um papel importante para atravessar as dificuldades económicas e agarrar os desafios que se apresentam às empresas e aos empregados. Por isso, a nossa convicção é que o diálogo social europeu pode também complementar e desenvolver esses outros níveis e tem de ser capaz de resolver as questões mais difíceis num espírito de cooperação.

Conscientes das competências europeias em matéria de emprego e assuntos sociais, pretendemos contribuir para a consolidação das políticas sociais e de emprego da União Europeia. Os parceiros sociais europeus participarão activamente para moldar os próximos debates europeus sobre emprego e assuntos sociais, de forma a servir as necessidades dos empregadores e dos trabalhadores. Temos também como objectivo estabelecer um quadro útil para as discussões nacionais sobre as políticas e reformas necessárias. A este respeito, uma melhor coordenação entre a UE e as agendas sociais nacionais pode ajudar a alcançar resultados para os europeus.

Enquanto parceiros sociais europeus, a CES (e o comité de ligação EUROCADRES/CEC), a BUSINESSEUROPE, o CEEP e a UEAPME estão envolvidos num vasto leque de actividades. Este programa de trabalho 2012-14 é um pilar fundamental da nossa agenda. Podemos decidir actualizá-lo à luz dos desenvolvimentos futuros da UE. Além disso,

continuaremos a tomar medidas, a nível bipartido e tripartido, com base nas futuras propostas e iniciativas da Comissão.

As nossas actividades

Este programa de trabalho abrange um período de três anos a partir de 2012 até 2014. Inclui os seguintes temas e actividades:

1. O emprego dos jovens (2012)

Com mais de 22% dos jovens desempregados, há uma necessidade urgente para remediar a esta situação inaceitável. A situação dos jovens será considerada como uma prioridade. Vamos concentrar-nos sobre a relação entre a educação, as expectativas dos jovens e as necessidades do mercado de trabalho, tendo em conta a transição dos jovens no mercado de trabalho, num esforço para aumentar as taxas de emprego em geral.

Faremos também, no contexto de um quadro de acções, recomendações concretas aos Estados-membros e às instituições da UE. Este trabalho irá contribuir para a análise do emprego (ponto 2 abaixo). Também vamos contribuir para a agenda do G20 sobre o emprego dos jovens.

2. A análise aprofundada do emprego (2013)

Vamos realizar uma análise do funcionamento dos mercados de trabalho europeus, baseada na análise conjunta de 2007 e nos factos/números constatados. Esta análise irá abordar os desafios no curto prazo decorrentes da crise e os problemas estruturais. Queremos entender as razões pelas quais algumas políticas nacionais até agora têm sido capazes de superar a crise de uma maneira muito mais eficaz do que outras, nomeadamente em termos de emprego e de competências. Nesta base, iremos tirar conclusões e fazer recomendações concretas aos Estados-membros e às instituições da UE que serão promovidas e levadas adiante pelos parceiros sociais europeus e nacionais.

3. Igualdade de género (2012-13)

Os parceiros sociais concordam que são necessárias medidas adicionais para combater as desigualdades ainda existentes entre homens e mulheres, incluindo as disparidades salariais. Para atingir este objectivo, os parceiros sociais vão continuar a agir sobre as quatro prioridades acordadas no âmbito das acções de 2005 sobre a igualdade de género que permanecem válidas e essenciais. Vão desenvolver a partir de experiências bem sucedidas identificadas ao nível da empresa a implementação do quadro de acções, como um kit de ferramentas para ajudar a criação de medidas.

4. Educação e aprendizagem ao longo da vida (2013-14)

O desenvolvimento contínuo de competências e a aquisição de qualificações é um interesse e uma responsabilidade comum para os empregadores, os trabalhadores e as autoridades públicas. Para as empresas, o acesso e o desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada é uma das condições para a inovação e competitividade. Para os trabalhadores, a aquisição, a actualização e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências relevantes ao longo de toda a vida profissional é uma forma mais eficaz para encontrar e manter um emprego.

Em 2002, os parceiros sociais europeus adoptaram um quadro de acções sobre o desenvolvimento permanente de competências e qualificações. Este quadro de acções continua a ser válido na situação actual quanto às suas quatro prioridades. No entanto, as duas questões seguintes surgiram desde 2002: 1) As competências necessárias para a economia "verde"; 2) actualizar e melhorar as competências dos trabalhadores mais

velhos no contexto do prolongamento da vida activa. Iremos tomar medidas sobre estas duas questões utilizando como base a matriz existente das quatro prioridades.

5. Mobilidade e migração económica (2014)

Como ficou previamente acordado no programa de trabalho 2009-2010, vamos abordar conjuntamente as questões de migração e de mobilidade económica e promover a integração dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho e no local de trabalho, a fim de identificar possíveis acções conjuntas.

6. Uma melhor implementação e o impacto dos instrumentos do diálogo social (2012)

A avaliação conjunta dos "resultados e desafios do diálogo social" realizada em 2011 revela que a maioria dos parceiros sociais nacionais tem opiniões positivas sobre as anteriores realizações relativas à implementação de acordos-quadro autónomos. Por outro lado, os parceiros sociais europeus reconheceram que o impacto e/ou a implementação de diferentes instrumentos de diálogo social devem ser melhorados, em particular em alguns países. Tal como acordado no âmbito dos programas de trabalho de 2006/2008 e de 2009/2010, e com base nos ensinamentos colhidos dos processos de execução anteriores e nos resultados dos seminários de 2012 sobre esta questão, vamos em conjunto garantir um melhor impacto e/ou implementação dos instrumentos europeus de diálogo social em toda a Europa.

7. As capacidades das organizações de parceiros sociais (2012-2014)

O diálogo social precisa de organizações de parceiros sociais fortes para obter resultados positivos. Conduzimos no passado um projecto de sucesso para ajudar os parceiros sociais da Europa Central e Oriental. Em alguns Estados-membros, são necessários mais esforços. Vamos avaliar e fazer recomendações para otimizar a forma como o Fundo Social Europeu pode contribuir neste sentido. Além disso, iremos analisar uma acção conjunta para apoiar o reforço das capacidades dos parceiros sociais na margem sul do Mediterrâneo, nomeadamente aqueles que sofreram recentemente uma mudança de regime durante a "Primavera Árabe".

8. A governação económica e social da UE (2012)

A governação económica da UE afecta as competências dos parceiros sociais, nomeadamente em questões como os salários, as pensões e os custos laborais que estão no coração do sistema das relações laborais nos Estados-membros. Portanto, vamos lançar um processo de reflexão no comité de diálogo social com o objectivo de definir uma visão compartilhada sobre as consequências que o actual debate sobre a governação económica europeia terá sobre o diálogo social a nível comunitário e nacional, e com vista a desenvolver possíveis recomendações a todos os níveis pertinentes.
